

Aos Profissionais do Sector Táxi

Contra a liberalização, a vitória é possível, mas exige manter a firmeza e determinação!

O Sector do Táxi encontra-se sob uma brutal ofensiva, conduzida pelo grande capital monopolista. Essa ofensiva tem um objectivo principal e dois objectivos secundários, sem os quais o primeiro não pode ser realizado plenamente.

O objectivo principal, num processo que avança à escala global e não apenas nacional, é **expropriar o sector do táxi, colocá-lo a render para o grande capital monopolista multinacional**. É o objectivo dos grandes accionistas que estão por detrás de multinacionais como a UBER (accionistas como a Goldman Sachs, os fundos soberanos do Quatar e da Arábia Saudita, e outros piratas do género).

Para realizar esse objectivo, eles precisam de concretizar dois objectivos: **destruir a actual realidade económica** do sector, as cooperativas e as pequenas e médias empresas, colocando na falência e proletarizando essas camadas, e colocando o grosso do transporte remunerado de passageiros em automóvel ligeiro a pagar o dízimo às multinacionais; **reduzir o preço da força de trabalho**, quer através do alargamento da jornada de trabalho, quer através da diminuição do salário efectivamente pago.

Ouve-se falar muito de modernidade e de novas tecnologias, mas isso é o pretexto e o mecanismo que está a ser usado para impor os objectivos das multinacionais.

Que um trabalhador (por conta de outrém ou pseudo independente) tenha de trabalhar 4 horas num táxi depois de 8 horas noutra empresa, ou que um motorista (seja de um táxi legal ou ilegal) tenha de trabalhar 12 horas para conseguir um rendimento digno, é um retrocesso social para os trabalhadores, representa um alargamento da jornada de trabalho efectiva e está a alimentar apenas os que vivem do trabalho alheio.

Que uma empresa ou cooperativa tenha de concorrer em igualdade com uma multinacional é uma anedota, pois essa igualdade não existe nem nunca existirá: a multinacional não paga impostos nunca, o pequeno paga-os antecipadamente; a multinacional tem milhões para subornar políticos e jornalistas, o pequeno industrial tem dívidas; a multinacional pode perder milhões a fazer

dumping, o pequeno morre de fome se num mês o dinheiro ficar curto; a multinacional contrata as melhores firmas de advogados com as melhores conexões com o poder, o pequeno conta com a implacabilidade da justiça para com ele.

No sector do táxi, trabalhadores por conta de outrém, cooperantes, trabalhadores independentes e pequenos e médios industriais têm um inimigo comum, contra o qual devem agir unidos: o processo de liberalização, que é o nome simpático do processo de concentração monopolista, expropriação pelos monopólios e incremento da precariedade e exploração dos trabalhadores.

E devem, juntos, abordar as duas ofensivas em curso, para derrotar o objectivo comum das multinacionais.

Para travar a liberalização, é preciso fazer aplicar a lei 35/2016 e reprimir a actividade ilegal no transporte e angariação de passageiros, e impedir que sejam liberalizados os contingentes e o tarifário.

Para travar a exploração, é preciso alcançar um quadro legal e um contrato colectivo para todo o sector, que salguarde os direitos dos trabalhadores, lhes garanta a todos um rendimento digno e dignas condições de trabalho, e permita ainda a eficaz repressão das violações a essa lei e à contratação colectiva.

E ninguém deve alimentar ilusões. Nem utentes nem trabalhadores têm alguma coisa a ganhar com a vitória das multinacionais. Quando dominarem o mercado liberalizado (e dominá-lo-ão se este for liberalizado) provocarão um aumento de custos para os utentes, uma redução da oferta limitando-a às zonas mais rentáveis e uma redução de rendimentos para os trabalhadores do sector. Como está a acontecer em vários países do mundo.

É agora o tempo de lutar. De continuar a lutar. Em todas as frentes: na rua e nas instituições, sejam Autarquias, Assembleia da República, Governo, Presidente da República, IMT ou forças de autoridade, ganhando aliados e isolando a multinacional. **É uma luta para a qual podem contar com o PCP!**



O que já se avançou, o que ainda falta avançar:

Vivemos num mundo onde a desinformação reina, e onde os ricos e poderosos controlam a comunicação social. A maioria dos portugueses foi «informada» de que foi aprovada uma lei para legalizar a UBER e as demais plataformas. Mas isso não aconteceu, antes pelo contrário! Isso era o que o Governo e as multinacionais queriam que tivesse acontecido, mas não aconteceu graças à luta dos profissionais do sector do táxi. Isso é o que o Governo e as multinacionais querem que venha a acontecer, mas pode ser impedido igualmente pela luta dos profissionais do sector.

Importa pois ter claro o que aconteceu e o que não aconteceu.

(1) Em Setembro de 2016 o Ministro do Ambiente, com arrogância, anunciou para esse mês a aprovação em Conselho de Ministros de um Decreto-Lei para legalizar as UBER e liberalizar os contingentes. E até disse que já tinha ouvido tudo o que era preciso ouvir. O PCP de imediato anunciou que chamaria esse Decreto-Lei à Assembleia da República para aí ser combatido. Mas a luta retirou ao Governo condições para aprovar o Decreto nesse momento e ele foi congelado.

(2) Em Novembro, a 21, a Assembleia da República aprovou a lei 35/2016, tendo como base uma proposta do PCP. Essa lei passou a considerar explicitamente ilegal a angariação de passageiros para viaturas sem alvará ou licença, e reforçou os mecanismos de repressão das ilegalidades que as multinacionais estavam a cometer.

(3) Em Dezembro, a 22, o Conselho de Ministros aprovou uma Proposta de Lei para a regular o «transporte em veículo descaracterizado a partir de plataforma eletrónica». Para percebermos o quanto recuou o Governo, é preciso ter presente que um Decreto-Lei é uma lei do Governo, que entra em vigor **assim que** promulgada, e só depois da lei em vigor a Assembleia da República a pode discutir e revogar, enquanto que a proposta de Lei que o Governo aprovou segue para discussão na Assembleia da República, só entrando em vigor depois e se aprovada.

(4) A proposta de lei do Governo ainda não se conhece à data deste comunicado, pois a mesma ainda não entrou na Assembleia da República. Quando tal acontecer, o PCP alertará os profissionais do sector, e desenvolverá uma acção na Assembleia da República para que o sector seja ouvido e os seus interesses salvaguardados.

(5) A Lei 35/2016, essa sim, está em vigor. Como o PCP denunciou através do seu deputado Bruno Dias no debate travado na Assembleia da República no dia 5 de Janeiro, as autoridades e o Governo não podem continuar a ser passivas com a concorrência ilegal das multinacionais e com a impunidade com que essa concorrência tem sido realizada. Nesse dia na Assembleia da República todos os partidos deram razão ao PCP e ao sector do táxi, e se comprometeram que a Lei era para ser cumprida. É preciso continuar atentos e vigilantes, é preciso continuar a denunciar os abusos.

(6) Várias Autarquias, na maioria dos casos na sequência de propostas de Moção apresentadas por eleitos da CDU, têm-se colocado objectivamente ao lado do Sector do Táxi, nomeadamente contra o fim dos contingentes (que é o que representa a ideia de que as viaturas descaracterizadas não obedecem a contingentes) e contra o fim da intervenção municipal na regulação deste importante sector.

Como o PCP recordou ao Governo no requerimento colocado sobre o não cumprimento da lei 35/2016, hoje em Portugal «viaturas sem alvará não podem transportar passageiros a pagar, e é ilegal a angariação de clientes para essas viaturas sem alvará.»

Os próximos meses serão decisivos para perceber se assim continuará a ser ou se as multinacionais e seus lacaios conseguirão impor os seus interesses contra o sector e contra o interesse nacional.

Os profissionais do sector sabem que podem contar com o PCP. Mas será a acção dos próprios profissionais do sector, a sua determinação e a sua luta que determinará o resultado final desta batalha.

Só vence quem se organiza e luta!

10 Janeiro 2017

sector.transportes@dorl.pcp.pt

Sector do Táxi (Lisboa)

Partido Comunista Português

